Revista Comunicação Cultura & Sociedade
ISSN: 2317-7519
DOSSIÊ IV COLÓQUIO MATO-GROSSENSE DE EDUCOMUNICAÇÃO
EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, INTERCULTURAL E INDÍGENA
Edição 19, V. 12, Ano 11, Nº 1, 2026

ARTEDUCOMUNICAÇÃO DECOLONIAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AS CONFLUÊNCIAS DO PROJETO CAMINHO DAS ÁGUAS

DECOLONIAL ARTEDUCOMMUNICATION AND UNIVERSITY EXTENSION: THE CONFLUENCES OF PATH OF THE WATERS PROJECT

Mauricio Virgulino Silva[22]

RESUMO

O presente artigo discute a inter-relação entre arte, comunicação e educação sob a ótica da extensão universitária e das teorias decoloniais, fundamentando-se na criação conceitual da arteducomunicação decolonial. Partindo da experiência do projeto Caminho das Águas: fortalecendo fazeres e saberes artísticos e culturais, analisa-se como a descentralização de recursos e saberes pode fortalecer agentes culturais em territórios invisibilizados. A fundamentação teórica ancora-se no conceito de confluência e na inspiração da escrevivência de Conceição Evaristo. O trabalho demonstra que a extensão, ao promover ecossistemas educomunicativos, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), valorizando a diversidade e promovendo a justiça cognitiva.

Palavras-chave: arteducomunicação; extensão universitária; decolonialidade; confluência; escrevivência.

ABSTRACT

This article discusses the interrelationship between art, communication, and education through the lens of university extension and decolonial theories, based in the conceptual framework of decolonial arteducommunication. Drawing on the experience of the project Path of the Waters, the study analyzes how the decentralization of resources and knowledge can empower cultural agents in invisible territories. The theoretical foundation is anchored in the concept of confluence and inspired by Conceição Evaristo's concept of escrevivência. The study demonstrates that university extension, by fostering educommunicative ecosystems, contributes to the Sustainable Development Goals (SDGs), by valuing diversity and promoting cognitive justice.

Keywords: arteducommunication; university extension; decoloniality; confluence; escrevivência.

[22] Professor e pesquisador na área de Educomunicação e Artes. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Introdução

Iniciar qualquer reflexão acadêmica sobre a extensão universitária no Brasil contemporâneo exige, primordialmente, reconhecer o chão que se pisa. Na abertura das discussões que deram origem a este texto, a mesa-redonda Educomunicação, ODS e extensão universitária (Unemat, 2025), atividade componente do IV Colóquio Mato-grossense de Educomunicação[23], evocou-se o magistério literário e existencial de Conceição Evaristo (2017), especificamente através do seu conceito de escrevivência. A escrevivência postula que a escrita, a teoria e a prática não são entidades isentas ou neutras, pois nascem das vivências corporificadas, das memórias e das lutas de quem as enuncia, sendo que, historicamente, as narrativas oficiais e hegemônicas foram forjadas a partir do topo das hierarquias sociais. Pensar uma práxis decolonial implica, portanto, inverter essa lógica, reconhecendo, por exemplo que povos e culturas tradicionais, pessoas periféricas, negras, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência constroem os seus saberes a partir de uma vivência historicamente invisibilizada. É a partir desse chão, marcado pela interseccionalidade e pela urgência de justiça social, que este texto se ergue.

Caminhar por esse chão pressupõe situar o lugar de enunciação: o chão deste texto é o encontro das águas de três áreas de conhecimento já instituídas — Arte, Educação e Comunicação —, que juntas se transformam em Arteducomunicação. Não se trata de uma soma técnica de suas áreas formadoras, mas de um campo de forças, uma confluência que reconfigura os processos educativos e comunicativos, exigindo uma postura que vá além da pedagogia tradicional. Como defende Silva (2023), a Arteducomunicação decolonial nasce da necessidade de tensionar as estruturas hegemônicas do saber, propondo que a formação humana considere a inteireza do sujeito, integrando o sentir e o pensar numa práxis cotidiana e politicamente engajada em prol dos direitos humanos e da equidade.

Nesse horizonte, é fundamental considerar que o Ensino Superior brasileiro se defronta com um desafio inadiável: superar a lógica do assistencialismo em suas ações extensionistas. Sustentadas pelo tripé indissociável de ensino, pesquisa e

[23] **MESA-REDONDA 2**: Educomunicação, ODS e Extensão Universitária. YouTube, @educomjor. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o5mjhw_Yrvo Acesso em: 9 out. 2026.

extensão, as instituições de ensino superior encontram na sua faceta extensionista o elo mais direto com a sociedade, e a Resolução nº 7 da Câmara de Educação Superior (Brasil, 2018) exige dessa relação uma interação transformadora, capaz de horizontalizar o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares. Tal horizontalidade é, contudo, inalcançável sem um giro decolonial (Maldonado-Torres, 2020): é preciso que a academia abandone a posição de detentora exclusiva do conhecimento para se colocar numa postura de escuta ativa perante os territórios, reconhecendo os seus habitantes como mestres e produtores de epistemologias válidas.

Como ação extensionista vinculada às políticas públicas, o Projeto Caminhos das Águas: fortalecendo fazeres e saberes artísticos e culturais, realizado pelo Ministério da Cultura e Universidade Federal do Mato Grosso, durante o ano de 2024, procurou justamente produzir esse giro decolonial, alinhando a Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais, com a Educomunicação. A metodologia ali adotada não se limitou a transmitir informações, mas procurou fortalecer a escrevivência de agentes culturais locais espalhados por dez territórios do interior do Brasil.

A articulação entre teoria e prática aqui apresentada procura demonstrar que, ao romper com a dicotomia entre universidade e sociedade por meio de giros decoloniais, a extensão universitária cumpre o seu papel transformador, contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a afirmação de uma justiça cognitiva indispensável ao país.

A confluência como paradigma da extensão e as tintas coloridas do saber

A construção de uma extensão universitária que dialogue efetivamente com a realidade brasileira exige, antes de mais, uma desconstrução da arquitetura, muitas vezes engessada, da própria academia. Na perspectiva estrutural das universidades, o tripé ensino-pesquisa-extensão é frequentemente visualizado e gerido em compartimentos estanques. Contudo, a verdadeira práxis extensionista deve operar como uma tela onde tintas coloridas se sobrepõem, se afetam e se misturam. Se imaginarmos o ensino como um tom verde azulado, a pesquisa como um tom amarelado e a extensão como um tom arroxeado, percebemos que, na

prática de um território vivo, não existe uma cor isolada para cada dimensão. A extensão assume o papel de misturar estas tintas, produzindo invariavelmente tonalidades novas e imprevisíveis.

É sob esta ótica de mistura e de influência mútua que devemos interpretar a Resolução nº 7 da Câmara de Educação Superior do MEC (Brasil, 2018), que torna obrigatória a alocação de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação para atividades de extensão. Esta métrica não pode ser encarada como um mero cumprimento de um requisito burocrático; trata-se de um imperativo epistemológico. A exigência legal impõe que o tom arroxeado da extensão dê novas cores à matriz curricular, forçando a universidade a abandonar a sua redoma e a aprender com a sociedade, numa horizontalidade de saberes indispensável à formação de qualquer profissional.

Para que esta extensão não incorra num assistencialismo colonial, limitando-se a levar uma verdade acadêmica a quem supostamente não a detém, é fundamental reconhecer genealogias teóricas que souberam transitar pelas fronteiras das áreas de conhecimento.

Nesse sentido, a figura de Mariazinha Fusari emerge como um pilar fundamental para a arteducomunicação: ao fronteirar entre a arte, a educação e a comunicação, Fusari não via estas áreas como disciplinas separadas, mas como campos que se retroalimentam na produção crítica de sentidos (Barbosa, 2019). A compreensão de que o fazer artístico e o processo comunicativo são, na sua essência, atos educativos é o que garante a autonomia do sujeito face às lógicas mediáticas e à cultura visual hegemônica.

Esta perspectiva de fronteira é precisamente o que permite a integração da Abordagem Triangular, sistematizada por Ana Mae Barbosa (2010), no campo da Educomunicação. A proposta de Barbosa, que se assenta nos pilares indissociáveis do ler, fazer e contextualizar, adquire uma nova camada de complexidade quando atravessada pela gestão democrática dos processos comunicativos em território aberto. Conforme Silva (2023) apresenta, a arteducomunicação, não se limita ao ensino técnico da arte ou ao uso instrumental de tecnologias; ela busca a criação de ecossistemas educomunicativos onde o 'contextualizar' é um exercício contínuo de decolonialidade, permitindo que o sujeito

leia a obra e o mundo a partir do seu próprio chão, rompendo com a hegemonia estética e epistêmica imposta pelos grandes centros.

Desta forma, a confluência entre estes campos reconfigura a prática extensionista, deslocando o seu eixo do assistencialismo para a cooperação e colaboração. Não se trata de desenhar projetos para as comunidades, mas de desenhar com elas, criando espaços de convivialidade onde a produção cultural é o caminho para o exercício da cidadania. Na visão educomunicativa, o foco desloca-se da mensagem unilateral para a qualidade da relação. O objetivo central passa a ser o fortalecimento do coeficiente comunicativo de cada indivíduo dentro de uma coletividade, garantindo que o direito à comunicação, o direito à arte e a partilha de recursos caminhem de mãos dadas.

Para adensar esta matriz decolonial, é incontornável revisitar e aprofundar o próprio conceito de Educomunicação, estruturado no Brasil a partir das investigações do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), sob responsabilidade de investigadores como Ismar de Oliveira Soares (2011). A Educomunicação distancia-se radicalmente das concepções instrumentais, difusionistas ou mercadológicas da comunicação. Enquanto a comunicação de massa opera, na sua gênese, sob lógicas de persuasão, controle de narrativa e lucro, tratando os receptores como meros consumidores passivos, a perspectiva educomunicativa propõe a gestão democrática, participativa e dialógica de todos os recursos informativos presentes num determinado espaço.

O objetivo primordial desta área é estruturar o que Soares (2011, 2013) ecossistemas educomunicativos. Um ecossistema educomunicativo configura-se como um ambiente de aprendizagem aberto, dialógico, criativo, participativo e colaborativo, onde as relações horizontais se sobrepõem às hierarquias autoritárias. Nestes ecossistemas, o coeficiente comunicativo de cada indivíduo é ampliado, garantindo que o direito fundamental à expressão seja exercido de forma plena. A comunicação passa a ser compreendida como o meio vital para a construção da cidadania e da autonomia intelectual e cultural, e não como um fim em si mesma.

Quando transportamos esta densidade conceitual para a práxis da extensão universitária, e a cruzamos com a arteducomunicação decolonial defendida por Silva (2023), o alcance da ação multiplicadora da academia alarga-se. Criar um

ecossistema educomunicativo num território indígena, quilombola ou ribeirinho significa romper definitivamente com a tradição do investigador ou do extensionista que apenas vai ao terreno para extrair dados ou levar civilização. Significa, pelo contrário, nutrir as comunidades com as metodologias e os recursos necessários para que estas girem autonomamente os seus próprios discursos. A câmera de filmar, o microfone, o pincel ou o barro deixam de ser ferramentas de registro de terceiros para se assumirem como instrumentos de autodefesa epistêmica e de enunciação identitária, materializando a confluência plena entre a universidade e a sociedade.

Ao aplicar este paradigma confluente, a universidade assume o seu verdadeiro papel mediador e transformador. A prática arteducomunicativa na extensão é, no seu âmago, um ato de esperançar, termo freiriano (Freire, 1992) que aqui se traduz na capacidade de projetar e construir futuros em que os agentes culturais ribeirinhos, indígenas e periféricos deixam definitivamente o lugar passivo de público-alvo para assumirem o papel de criadores das suas próprias metodologias. É a partir deste amálgama entre a sensibilidade artística, a criticidade comunicativa e o fomento estrutural que a extensão universitária consegue, de fato, tingir a academia com as cores reais da justiça cognitiva e social do país.

O projeto Caminho das Águas e os giros decoloniais

O projeto Caminhos das Águas: Fortalecendo Fazeres e Saberes Artísticos e Culturais surge como uma política pública descentralizadora do Ministério da Cultura, estruturada em parceria com universidades federais, a exemplo da edição de 2024, realizada juntamente com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Inspirada na fluidez e na confluência das águas (Cuesta, Silva, Nunes; Ficagna, 2025), a iniciativa foi concebida para alcançar territórios no interior do Brasil, onde o acesso muitas vezes se dá exclusivamente por vias fluviais, distanciando-se do eixo hegemônico das capitais. O foco central consistiu em certificar e fortalecer agentes culturais, abrangendo populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas em dez localidades distribuídas pelas cinco regiões do país, sendo três no Norte, três no Nordeste, duas no Centro-Oeste, uma no Sudeste e uma no Sul. Esse recorte territorial responde a um desequilíbrio estrutural historicamente documentado: a esmagadora maioria das formações destinadas a

agentes culturais, mestres e mestras de cultura e arte-educadores concentra-se nas capitais, tornando o acesso a essas oportunidades praticamente inviável para comunidades do interior. Em cada polo, o projeto firmou parceria com ao menos uma universidade local, garantindo que a rede de saberes fosse tecida em articulação com instituições já enraizadas nos territórios. A coordenação educativa foi compartilhada entre Mauricio Virgulino Silva e Amanda Quinte, em estreita colaboração com as equipes do Ministério da Cultura e da UFMT. A metodologia ancorou-se em trilhas formativas, denominadas Educação dos Sentidos para fazer sentido, e em laboratórios de elaboração de projetos, culminando no fomento financeiro de iniciativas locais através do prêmio Olhinhos d'Água.

Ao adentrar esses dez polos nacionais, a ação extensionista deparou-se com saberes ancestrais que sofrem um contínuo processo de invisibilização, reflexo direto do que se compreende por colonialidade. Diferente do colonialismo, que remete a um processo histórico e político de dominação já superado em sua forma clássica, a colonialidade refere-se aos efeitos materiais, simbólicos e epistêmicos que continuam a operar nas subjetividades contemporâneas (Maldonado-Torres, 2020). A metáfora fundante do projeto ilumina essa urgência: os mestres e agentes culturais do interior do Brasil são como olhos d'água, nascentes que, se silenciadas, jamais chegarão a formar rios. Quando um mestre detém um saber singular e parte sem transmiti-lo, não se perde apenas uma técnica; extingue-se uma epistemologia inteira. O projeto Caminhos das Águas nasce precisamente do reconhecimento de que proteger esses olhinhos d'água de cultura é um ato político e pedagógico.

Apoiando-se nas formulações de pensadores como Anibal Quijano (2005), Catherine Walsh (2013) e Nelson Maldonado-Torres (2020), a arteducomunicação decolonial compreende que a colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder. Nesse sistema, a humanidade e a subjetividade das populações à margem dos grandes centros são sistematicamente reduzidas, impondo-se um controle normativo sobre as maneiras de ver, sentir e experienciar o mundo. Quando um modelo cultural eurocêntrico determina de forma excludente o que é esteticamente ou cientificamente válido, comete-se o epistemicídio, compreendido como a matança em massa de saberes, cosmologias e construções epistemológicas não hegemônicas.

Para romper com essa estrutura de dominação e silenciamento, é necessário promover o que Maldonado-Torres articula como giros decoloniais, que são movimentos de insurgência e de afastamento da modernidade opressora. A experiência extensionista do projeto materializou esses giros de forma interconectada em três frentes de atuação:

Primeiramente, o giro epistêmico decolonial, que ocorre quando o sujeito oprimido ou condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador. No Caminhos das Águas, isso se refletiu na autonomia dada às comunidades para gerirem seus próprios ecossistemas comunicativos. A elaboração de um dicionário para a preservação da língua Terena, em Aquidauana (MS), é um exemplo claro de sujeitos assumindo a teoria e a comunicação para salvaguardar seu saber, desestabilizando a centralidade eurocêntrica de quem tem a permissão de produzir conhecimento.

Em segundo lugar, o giro decolonial estético, processo por meio do qual o sujeito oprimido surge como criador. A arteducomunicação, ao apropriar-se do eixo do Fazer da Abordagem Triangular, evitou que manifestações artísticas tradicionais fossem tratadas como meros artefatos do passado. O fortalecimento e compartilhamento do ofício da cerâmica Maria Buçu por Dona Aldiza, em Janaúba (MG), personifica o indivíduo como mestre criador contemporâneo, libertando sua estética da visão folclorizada para uma vivência integral e autônoma.

Por fim, o giro decolonial ativista, que aponta que apenas o pensamento e a criatividade não bastam para combater o sistema; a transformação exige que o indivíduo emerja como um agente de mudança social. Os laboratórios focados na elaboração de projetos funcionaram como essa alavanca ativista. Ao instrumentalizar e capacitar os agentes locais para aprovarem propostas em editais públicos de fomento (como o Olhinhos d'Água), a extensão universitária redistribuiu poder material e epistêmico. Essa ação permite efetivamente descolonizar a prática, unindo a produção cultural à sustentabilidade econômica do próprio território.

Desta forma o enfrentamento ao epistemicídio exige que a arteducomunicação deixe de ser uma prática sobre o outro para ser uma criação com o outro. Quando uma comunidade retoma sua narrativa e gere seus próprios processos comunicativos, ela não apenas preserva sua memória, mas

desestabiliza a centralidade do saber eurocêntrico, promovendo uma fissura irreversível na colonialidade do saber e do ser (Silva, 2023).

Ao acionar esses três giros, a práxis arteducomunicativa na extensão universitária transforma-se em um instrumento prático de cuidadania (Najmanovich, 2019), termo que funde o cuidado à cidadania para estabelecer relações sociopolíticas que preservam a vida e a coletividade. É a partir do momento em que a universidade recusa o papel de benfeitora vertical e passa a nutrir as vozes já potentes do território que a verdadeira justiça cognitiva se realiza.

Cartografia dos Saberes: a prática nos dez territórios

Para compreender a magnitude dos giros decoloniais promovidos pelo projeto, é imperativo traçar a cartografia das ações implementadas. O arco formativo não se limitou à sensibilização e à reflexão teórica; culminou no fomento direto através do edital Olhinhos d'Água. A seleção de vinte projetos, sendo dois por localidade onde ocorreu a formação presencial, contemplados com um apoio financeiro de pouco mais de R$8.000,00 (oito mil reais) para a sua implementação, prova que o ativismo decolonial exige a redistribuição de recursos. Num contexto de vulnerabilidade, uma verba aparentemente modesta assume um impacto transformador brutal, permitindo que a teoria se converta em práxis e que os sujeitos financiem a sua própria autonomia estética e epistêmica.

Na região Norte, as ações mergulharam nas cosmologias ribeirinhas e indígenas. Em Tabatinga (AM), na tríplice fronteira, o trabalho foi desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com a participação majoritária das etnias Kocama e Ticuna; o foco recaiu sobre a valorização das cores e da cultura amazônicas, aliado à inclusão social de crianças com deficiência e altas habilidades. Em Santarém (PA), no encontro das águas do Tapajós com o Amazonas, o povo afro-indígena da etnia Borari, em Alter do Chão, utilizou o fomento para fortalecer a cultura do carimbó. Já em Tocantinópolis (TO), na Aldeia São José do povo Apinajé, o projeto foi sediado na Escola Estadual Indígena Matuk, com a participação ativa de educadores indígenas locais; ali, o foco foi o enfrentamento de um risco iminente de apagamento cultural: o resgate dos instrumentos de sopro (buzinas e apitos) tradicionais, cujo ofício de fabrico estava

restrito a apenas um artesão vivo na comunidade. A disseminação desse saber é a antítese perfeita do epistemicídio.

No Nordeste, as ações evidenciaram uma profunda interseccionalidade. Em Aquiraz (CE), na Aldeia Jenipapo-Kanindé, o projeto reuniu jovens de doze povos indígenas diferentes. Estes jovens subverteram a expectativa de um tradicionalismo estático ao proporem projetos de visibilidade para a comunidade LGBTQIAPN+ e a criação de uma mostra de cinema etnográfico. Em paralelo, em Maragogipinho (BA), o maior centro oleiro artesanal da América Latina, os artesãos promoveram o mapeamento das suas mais de duzentas olarias, enquanto em Monteiro (PB), o fomento garantiu a salvaguarda do reisado e da cultura do pife.

A região Centro-Oeste destacou-se pela resistência através da palavra e da inclusão. Em Aquidauana (MS), junto ao povo Terena, os jovens constataram que, embora compreendessem os mais velhos, estavam a perder a capacidade de falar o seu idioma nativo. A criação de um dicionário da língua Terena representou, assim, um giro epistêmico focado na recuperação da voz. Em Barra do Garças (MT), as ações com o povo Xavante integraram a cultura surda através da contação de histórias, demonstrando que a acessibilidade e a decolonialidade devem caminhar a par e passo.

Por fim, no Sudeste e no Sul, a cultura da terra e do território ditou o ritmo das intervenções. Em Janaúba (MG), em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), região com a maior concentração quilombola do estado, o destaque recaiu sobre a cerâmica Maria Buçu e a Dança do Pote. Dona Aldiza, a única artesã que detinha a técnica de fabrico da referida peça de barro, utilizou o projeto para partilhar o seu saber em escolas e com outros artesãos, recusando-se a deixar morrer essa herança. Em São Miguel do Iguaçu (PR), na Tekoha Ocoy, a parceria com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) permitiu ao povo Guarani fortalecer a sua cultura através da música, do artesanato e de oficinas de ervas medicinais.

Esta cartografia ilustra que, ao aplicar a Abordagem Triangular (Ler, Fazer, Contextualizar) integrada à Educomunicação, o projeto não massificou uma única metodologia. Em vez disso, permitiu que cada território lesse o seu próprio contexto e fizesse a sua arte, garantindo que as águas do saber fluíssem com as cores, os sotaques e as urgências de cada comunidade.

A trilha formativa: educação dos sentidos para fazer sentido

A operacionalização do giro decolonial no projeto Caminhos das Águas não ocorreu de forma abstrata, mas através de uma metodologia construída para o projeto que tinha como base a trilha formativa Educação dos Sentidos para Fazer Sentido. Esta trilha formativa foi desenhada para construir a experiência de auto reconhecimento dos fazedores de cultura como agentes culturais, com atividades e laboratórios oferecidos atuando como como eixos de resistência que mobilizaram diferentes dimensões da escrevivência comunitária. Vale registrar que, em muitas das localidades visitadas, os participantes não se reconheciam previamente como mestres do saber ou agentes culturais. A primeira etapa da trilha cumpriu, portanto, uma função essencial de sensibilização e reconhecimento identitário, devolvendo às pessoas a consciência do valor epistemológico de suas próprias práticas. Esse processo foi potencializado pela composição intencional das equipes locais: estagiários e educadores pertencentes às próprias comunidades atendidas (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) integraram ativamente o processo formativo, operacionalizando na prática o giro decolonial que o projeto propunha teoricamente.

Entre os conteúdos passíveis de serem trabalhados em cada localidade, o tema da cultura alimentar, operou como um ato de afirmação cosmopolítica, pois o alimento, nestes territórios, transcende a mera nutrição biológica; trata-se de um vetor de memória e de ancestralidade. Ao colocar a cultura alimentar como ponto de partida da formação arteducomunicativa, o projeto reconheceu que a soberania alimentar e a preservação de sementes e receitas tradicionais são formas diretas de combater a homogeneização imposta pela colonialidade e pelo capitalismo agrário. O ato de cozinhar e partilhar é, em si, um ecossistema de comunicação primário.

Em profunda ligação com a matriz alimentar, o laboratório de contação de histórias assumiu a tarefa de validar a oralidade. Historicamente, o paradigma científico ocidental operou um epistemicídio ao menorizar os saberes orais em prol do registro escrito. Na perspectiva da arteducomunicação decolonial, contudo, a oralidade não é uma ausência de literacia, mas uma tecnologia sofisticada de preservação de saberes. Ao estimular a contação de histórias, o projeto reposicionou os anciãos e os mestres locais não como informantes de pesquisa,

mas como bibliotecas vivas e autoridades epistêmicas inquestionáveis, promovendo o que se convencionou chamar de justiça cognitiva.

Outros temas disponíveis no cardápio de conteúdos da trilha Educação dos sentidos para fazer sentido, estão a cultura *maker* e cultura digital. A apropriação tecnológica é um passo importante no giro decolonial estético. A cultura *maker* (a filosofia do fazer com as próprias mãos) encontrou ressonância imediata no artesanato tradicional, provando que as comunidades originárias sempre foram fazedores (como evidenciado na olaria de Maragogipinho ou na cerâmica de Janaúba). Em paralelo, a cultura digital foi mobilizada não para substituir essas estéticas, mas para amplificá-las. Quando um jovem indígena utiliza o celular para produzir um documentário etnográfico, ele está a subverter a lógica mediática hegemônica, convertendo a ferramenta de consumo numa arma de produção identitária. A apropriação das tecnologias de comunicação pelas comunidades tradicionais subverte a histórica condição de objeto de estudo para inaugurar o lugar de sujeito enunciador. Não se trata de replicar a linguagem dos meios de comunicação de massa, mas de 'hackear' os seus suportes para que a voz da ancestralidade possa circular e disputar as narrativas no espaço público contemporâneo (Silva, 2023).

Por fim, o eixo dedicado à elaboração de projetos culturais materializou o giro decolonial ativista, pois trabalhou a alfabetização burocrática, ajudando no desenvolvimento da capacidade de leitura um edital, estruturar um orçamento e defender uma proposta, que frequentemente é uma barreira invisível que impede os recursos do Estado de chegarem às margens. Ao ensinar agentes culturais a traduzir os seus saberes e necessidades para o formato de projetos culturais, a extensão universitária democratizou o acesso ao financiamento público (como ocorreu no prêmio Olhinhos d'Água). Esta formação garantiu que a autonomia epistêmica fosse sustentada por uma autonomia material, provando que a arteducomunicação só se concretiza na sua plenitude quando transforma as estruturas de poder que gerem o território.

Confluências com ODS

A articulação entre a extensão universitária, a arteducomunicação e os giros decoloniais encontra ressonância direta nas metas globais estabelecidas pela

Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (2015). Contudo, a superação do pensamento hegemônico exige que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentados sejam lidos e territorializados a partir das lógicas comunitárias do Sul Global. Não se trata apenas de importar um conjunto de diretrizes, mas de traduzi-las para as urgências históricas locais.

A atuação extensionista voltada para a formação cultural atende, de imediato, ao ODS 4 (Educação de Qualidade) e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ao instrumentalizar os agentes culturais para a elaboração de projetos e a sustentabilidade de suas práticas. A erradicação da pobreza (ODS 1) e a redução das desigualdades (ODS 10) também são atravessadas diretamente quando o fomento financeiro, a exemplo do prêmio Olhinhos d'Água, é descentralizado e chega a comunidades historicamente marginalizadas pelos grandes eixos econômicos.

A verdadeira inovação epistêmica, no entanto, ocorre na convergência das ações com os novos ODS propostos por redes da sociedade civil no Brasil (como o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030). A matriz original da ONU, embora abrangente, reflete frequentemente um ideário de desenvolvimento de matriz eurocêntrica, negligenciando as feridas abertas pelo colonialismo no Sul Global. O projeto Caminhos das Águas atuou precisamente nas lacunas socioculturais que a agenda global não conseguiu preencher, assumindo o compromisso com três novos objetivos territoriais vitais.

O ODS 18[24] (Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial, Brasil, 2023) impõe-se como uma resposta inadiável ao racismo estrutural e ambiental que afeta desproporcionalmente as populações negras e quilombolas no Brasil. No contexto do projeto, o fomento financeiro de 8.000 reais (através do prêmio Olhinhos d'Água) não operou apenas como um incentivo cultural, mas como um mecanismo direto de reparação histórica e de combate à exclusão. Ao financiar agentes culturais como Dona Aldiza, em Janaúba (MG), a extensão universitária fomenta a autonomia econômica de matriz afro-brasileira, contrariando a lógica secular de subalternização material e epistêmica.

[24] Brasil. Resolução nº 02/cnods, de 20 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao2ODS18IgualdadeEtnicoRacial.pdf Acesso em: 20 out. 2026.

No que tange ao ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação) (Cabral, Galvão, 2020), a iniciativa reafirma que a fruição estética e a gestão comunicativa não são meros bens de consumo ou luxos periféricos, mas direitos humanos inalienáveis.

A colonialidade operou durante séculos retirando a voz aos sujeitos subalternizados; logo, garantir os meios materiais e técnicos para que as comunidades possam produzir as suas próprias amostras de cinema, oficinas ou reportagens é a materialização do combate ao racismo epistêmico. A arte e a comunicação fundem-se, assim, numa tecnologia de re-existência, assegurando que o direito a narrar o próprio território pertença aos seus habitantes originários.

Por fim, a profunda articulação com o ODS 20 (Povos Originários e Culturas Tradicionais) (Cabral, Galvão, 2020) demonstra que não há salvaguarda ambiental (os chamados ODS verdes, como a vida na água ou na terra) sem a proteção das cosmologias de quem coabita com a natureza.

O trabalho desenvolvido nas aldeias indígenas, como a preservação da língua Terena em Aquidauana (MS) ou a valorização da botânica e musicalidade Guarani no Paraná, sublinha que a verdadeira sustentabilidade reside em proteger os modos de vida ancestrais contra o apagamento sistemático. Proteger o rio, o cerrado ou a floresta amazônica exige, indissociavelmente, proteger as vozes de quem sabe ouvir as águas.

Para que estes objetivos sejam plenamente alcançados, a arteducomunicação decolonial propõe a transição do mero paradigma do desenvolvimento sustentável para a prática efetiva da cuidadania, que transcende os direitos civis tradicionais, incorporando o cuidado com o outro, com a memória ancestral e com o território como princípios políticos indispensáveis.

Não há sustentabilidade possível onde a cultura e os modos de ser das populações tradicionais são negligenciados; o cuidar é, portanto, um ato radical de re-existência e de justiça cognitiva (Silva, 2023).

Ao promover esta integração por meio da cuidadania, a extensão universitária deixa de ser uma via de intervenção unilateral. Ela consolida-se como um ecossistema de esperança e transformação mútua, demonstrando que as metas globais de sustentabilidade só adquirem concretude real quando estão profundamente enraizadas no chão, nas histórias e nas águas dos territórios.

Considerações Finais

A extensão universitária no Brasil possui uma vocação singular que, historicamente, tensiona os limites entre o saber acadêmico e as urgências sociais. Contudo, para que essa potência se concretize de forma ética e transformadora, é essencial superar a herança colonial e o modelo assistencialista que, por vezes, ainda dita a relação entre a universidade e a sociedade. A academia não deve atuar como a salvadora dos territórios, mas sim como um espaço de confluência onde diferentes epistemologias se encontram, se afetam e se recriam em um plano de horizontalidade.

A práxis da arteducomunicação decolonial, evidenciada pela metodologia do projeto Caminhos das Águas, demonstra que o fazer artístico, aliado à gestão democrática e participativa da comunicação, é um caminho exemplar para essa transformação. Projetos de extensão que atuam na descentralização de recursos e no fomento cultural em áreas periféricas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas provam que a verdadeira inovação ocorre quando se fortalece quem já domina a leitura do seu próprio mundo. Os giros decoloniais (epistêmico, estético e ativista) materializam-se na exata medida em que o sujeito assume o controle de suas narrativas, de sua estética e de sua sustentabilidade econômica.

Ao alinhar os pilares do Ler, Fazer e Contextualizar ao exercício da cuidadania e à Agenda 2030, especialmente na afirmação da igualdade étnico-racial e na valorização dos povos originários propostas para o contexto brasileiro, a extensão cumpre o seu compromisso inadiável com a justiça cognitiva. Como ensina a escrevivência, não se pode separar a obra de quem a forja no calor do cotidiano.

O encerramento de um ciclo de extensão territorial não deve ser visto como um fim, mas como o curso natural de uma nascente que se expande. A metáfora do rio que deságua no oceano ilustra esse movimento: a transformação da água-rio em água-mar. Fica evidente, portanto, que para construir uma sociedade onde a diversidade não seja apenas tolerada, mas celebrada como matriz de conhecimento, a educação superior precisa continuar pisando devagar nos territórios. Somente garantindo que os olhinhos d'água, os mestres, artesãos e comunicadores locais, continuem a brotar diariamente é que as vozes silenciadas ecoarão com força suficiente para reinventar o nosso tempo. Nesse sentido, a

possibilidade de novas edições do projeto Caminhos das Águas não é apenas um desejo institucional, mas uma necessidade territorial: os processos iniciados nos dez polos demandam continuidade para que as nascentes de saber não sequem antes de se tornarem rios.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**: Anos 1980 e novos tempos. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BARBOSA, Ana Mae; AMARAL, Vitoria. (Orgs.). **Mulheres não devem ficar em silêncio**: arte, design, educação. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18**. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/programas-e-projetos/ods18. Acesso em 10 mar. 2026.

CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre (org.). **Guia da Agenda 2030:** integrando ODS, educação e sociedade. [S. l.]: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: https://www.guiaagenda2030.org/. Acesso em: 10 mar. 2026.

CUESTA, Amanda de Fátima; SILVA, Mauricio Virgulino Silva; NUNES, Eunice Pereira dos Santos; FICAGNA, Fernanda Ficagna. **Projeto Caminhos das Águas** [livro eletrônico]: fortalecendo fazeres e saberes artísticos e culturais : relatório 2024, São Paulo: Estúdio Cais. Projetos de Interesse Público, 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, Nelson.; GROSFOGUEL, Ramon. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-53, 2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**.** [s.l.]: **ONU**, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 10 mar. 2026.

NAJMANOVICH, Denise. **Cuidadania.** Ecologia de los saberes y cuidados. Conferência 2019. YouTube, 65 min. Disponível em https://youtu.be/u9YSSmGTmEQ Acesso em 15 mar. 2026.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

SILVA, Mauricio Virgulino. **Cartas a Teodora**: confluências para uma arteducomunicação decolonial. Belo Horizonte: Letramento, 2023.

SOARES. Ismar de Oliveira. Caminhos da gestão comunicativa como prática da Educomunicação. In. BACCEGA, Maria Aparecida; COSTA, Maria Cristina Castilho. (Orgs). **Gestão da Comunicação**: epistemologia e pesquisa teórica. São Paulo, Paulinas, 2009, p. 161-188

SOARES. Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES. Ismar de Oliveira. Educomunicação: As múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In. LIMA, J.C.G.R.; MELO, J. M. (Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**: 2012/2013. Brasília: Ipea, p. 170-202, 2013.

UNEMAT. Mesa-Redonda: Educomunicação, ODS e Extensão Universitária. **YouTube**, 2025. Disponível em: www.youtube.com/live/zE4aPeBjFAo?si=xm1-PyLEaLItFWeM. Acesso em 10 mar. 2026.

WALSH, Catherine (Org.) **Pedagogías decoloniales**: Práticas insurgentes de resistir, (re) existir) y (re) vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Recebido em: 13 de fevereiro de 2026.
Aprovado em: 20 de setembro de 2026.